

# humanitas

Vol. XLVI

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



# HUMANITAS

Vol. XLVI • MCMXCIV

2.ª PARTE DA MISCELÂNEA EM HONRA

DOS DOUTORES WALTER DE MEDEIROS E MANUEL PULQUÉRIO



espaço, são postas em evidência. Simples coincidência? É possível. Mas, em Pessoa, até o impossível acontece.

É, em resumo, uma obra a reter, se outros motivos não houvera (e há), pela forma como estabelece a ponte entre a Antiguidade e os nossos dias. Verdade seja que o homem raro logra sobreviver sem os seus mitos. Vindos de longe, quase sempre.

CARLOS ASCENSO ANDRÉ

EVELIO MORENO CHUMILLAS, *Las ciudades ideales del siglo XVI*, introducción, traducción y notas, Barcelona, Ed. Sendai, 1991, 285 p.

Esta obra é o resultado da investigação levada a cabo pelo autor, por altura da sua dissertação de doutoramento em Filosofia pela Universidade de Barcelona, orientada pelo Prof. José Manuel Bermudo i Ávilla, responsável agora pela colecção em que se integra a presente edição e pelo erudito prefácio que a introduz (p. 9-21).

Como tive oportunidade de acentuar na minha intervenção como arguente da sua dissertação de doutoramento, Evelio Moreno distingue-se pelo estilo imagético e sugestivo, no que toca à interpretação do fenómeno político-ideológico quinhentista. Sem se deixar induzir no erro de ver e apreciar a realidade de há mais de quatrocentos anos com os olhos do historiador moderno, oferece-nos, através do seu saber filosófico e da sua criteriosa intuição estética e análise crítica, um quadro perfeito dos sentimentos e aspirações vividos pelos autores das Cidades Ideais italianas, agora em tradução espanhola: Francesco Patrizi da Cherso, em *La ciudad feliz* (1551); Anton Francesco Doni, *El mundo cuerdo y loco* (1552); Francesco Pucci, *Forma de una república católica* (1581); Ludovico Agostini, *La república Imaginaria* (1588); Ludovico Zùcolo, *La república de Evandria* (1625).

Recolhe a presente obra a primeira tradução, do italiano em espanhol, de cinco cidades ideais do século XVI — a inclusão da cidade ideal de Zùcolo nesta colectânea obedece, segundo Evelio Moreno, ao teor do seu pensamento político, que se desenvolve todo à sombra doutrinal do Concílio de Trento. Aliás, adverte, não faz mais do que seguir autoridades na matéria, como L. Firpo, R. De Mattei, Meinecke (p. 253).

Decorridos três anos após a sessão inaugural do concílio tridentino, em 1548, surge em Veneza a tradução da *Utopia* de Tomás Moro feita por Ortensio Landi — conhecido autor de uma obra *Paradossi* (a que acrescenta uma *Confutazione del libro de Paradossi*), com grande voga, sobretudo a partir da versão francesa de Charles Estienne —, em colaboração com o então editor arruinado Anton Francesco Doni.

O impacto desta tradução da obra de Moro viria ocasionar uma tomada de posição de diversos autores italianos face à sua mensagem, quer para a copiar ou desenvolver, quer para a refutar no todo ou em parte. De qualquer modo,

com estas obras assistimos a todo um processo de evolução, a partir da *Utopia*, significativo para a definição da história do pensamento político moderno.

À colaboração de Doni nesta versão italiana se deve talvez o seu interesse pela literatura do género, onde incluirá o seu nome, com a obra *I mondi celesti, terrestri et infernali, de gli accademici pellegrini*, que descreve a organização de um estado ideal. Nesta sátira extravagante em forma de diálogo se insere *El mundo cuerdo y loco*, que abre esta colectânea de Evelio Moreno (p. 23-50). Anton Francesco Doni, florentino «vivaz, rebelde, hereje, imoralista» (p. 27), autor de obras heterodoxas, exprime na sua cidade ideal, vislumbrada em sonhos pelos Académicos, pelo Sábio e pelo Louco, as angústias do seu tempo, num discurso paradoxal e ilógico, alimentado de uma convicção platónica profunda. A partir da *República* de Platão, da conversa entre Adimanto e Sócrates (573b-575a), Doni plasma a tese de que a cidade ideal tem que expulsar o amor, fonte de injustiça e desigualdade. Em nome da harmonia social, é necessário e indispensável votar ao ostracismo *erôs*, que tiraniza de igual modo o coração e a república, já que explica a tendência para o individualismo e a difícil relação indivíduo/comunidade. Esta expulsão torna-se mesmo condição da possibilidade de sobrevivência da república.

Em segundo lugar, *La ciudad feliz* de Francesco Patrizi da Cherso (p. 51-83), que inserida, embora, na linha filosófico-literária da sua época, pode talvez ser considerada, na opinião de Evelio Moreno, como a obra mais representativa do género e mesmo paradigma das cidades ideais do *Cinquecento*. Patrizi encarna a sensibilidade do seu tempo, no sentido de fundar a nova ciência política sobre a base sólida da tradição antiga, que os autores da *República* e da *Política*, Platão e Aristóteles, representavam. O terceiro ponto de referência teórica era a sua Sereníssima República de Veneza, harmónica e racionalmente organizada, capaz de proporcionar a felicidade. Mas felicidade a poucos destinada, poder-se-á ajuizar, pois a sua mensagem apregoa que só o ócio, o *otium cum dignitate* dos clássicos, é o fermento da virtude e que a felicidade é incompatível com o trabalho mecânico.

Acrescente-se ainda que, a propósito da república de Veneza, uma obra como o *De magistratibus et republica Venetorum* (Parisiis, 1543) da autoria do cardeal Gasparo Contarini, defensor do regime desta sua cidade, teve eco no tratado *De regis institutione et disciplina* (1572) de D. Jerónimo Osório — no que toca aos argumentos utilizados em favor do regime republicano — e ainda no pensamento ético-político inglês, pois foi traduzida nesta língua por Lewis Lewkenor, com o título *The commonwealth and government of Venice* (1599).

Todas as obras de teorização política ou de idealização racional que se apoiam no regime da cidade de Veneza, contribuíram para a difusão do mito que ela representou, como ideal republicano, durante o séc. XVI europeu. Se a instabilidade política das repúblicas italianas, desde os alvares da Idade Moderna, foi condicionante privilegiada para as múltiplas reflexões teóricas sobre as várias formas de governo e sua idealização, a aura que se formou em volta da cidade de Veneza condicionou mesmo os defensores da ideologia política e cultural republicana florentina, como Donato Giannotti na sua *Republica fiorentina* (cf. ed. crítica e introdução de Giovanni Silvano, Genève, Droz, 1990), a tomarem-na como modelo.

Se se tivesse de resumir a *Forma de una república católica* de Francesco Pucci (p. 85-124) a uma só ideia, em volta da qual se ordena politicamente, reflecte Evelio Moreno, essa seria a da adopção do método das sortes, como critério máximo de justiça e racionalidade, na tomada de decisões políticas. Na impossibilidade de se conseguir a unanimidade desejável, recorra-se ao ditame das sortes, condicio-

nado previamente por um estrito critério de proporcionalidade. Unida só pela cumplicidade dos cristãos espirituais que a habitam, esta república ergue-se como um testemunho de fé comum e como um acto de vontade. Se o método da tiragem às sortes se mostrou ineficaz desde a democracia ateniense, curioso é verificar que esta e outras cidades ideais do século XVI o instauraram, não só para a eleição de magistrados, como para a tomada de decisões políticas, pensando que, em última instância, a mão de qualquer «innocente fanciulletto» era o veículo através do qual se manifestava a vontade divina, quando a assembleia dos homens se tinha revelado incapaz de chegar a acordo.

Se *La città felice* de Francesco Patrizi da Cherso considerava, como vimos, a felicidade inacessível a muitos dos cidadãos da sua cidade ideal, por se dedicarem às artes mecânicas, Ludovico Agostini, em *La Repubblica Imaginaria* (p. 125-250) — a cidade de Deus da Contra-Reforma — equipara em dignidade as artes mecânicas e as artes liberais, pelo que o ideal de felicidade aristotélico-cristão é a todos acessível. Isto prova que os ideais da Contra-Reforma, por se apoiarem na dignidade do homem, na sua diversidade e capacidade de interajuda, proclamam o *ethos* do trabalho humano, presente também nos tratados de teorização política do Renascimento, sem que este seja apanágio dos calvinistas.

Agostini põe a dialogar o Finito e o Infinito, porta-vozes respectivamente da vontade humana e da sapiência divina. O confronto entre estas duas alegorias, que dá tensão e vivacidade ao diálogo, tem como postulado a lei, que é coluna vertebral de qualquer ordenação social. Esta apregoa a necessidade de estreitar o vínculo entre o cidadão, que tende inexoravelmente à privacidade, e a *polis*, que reclama o cenário do universal. Em suma, a cidade ideal que emerge das páginas de Agostini, é uma república presidida pelo poder omnímodo da lei, ao abrigo da tradição bolognesa da jurisprudência e da legitimação emergente do êxito económico. A *Repubblica imaginaria* é uma obra militante que, alimentada pelo fogo da caridade cristã, pretende instaurar uma sociedade nova, algures nas costas do Adriático, região ideal com situação real, governada com um regime teocrático de alcance social.

Pelo contrário, numa Itália atravessada pelos ares tridentinos, que já tinham contemplado a condenação de Giordano Bruno à fogueira, Ludovico Züccolo, prescinde de Deus, embora apenas por omissão, na sua cidade ideal, *Repubblica de Evandria* (p. 251-281). Se tal acontece é porque ele acredita numa cidade auto-suficiente e feliz, regida por uma interpretação austera do ideal clássico de mediania. E espera todo o sucesso de uma cidade moderada e austera, defendida contra o excesso e o supérfluo, que fecha as suas portas ao «Burro de ouro», símbolo da ambição e da *hybris*, donde provêm a ruína das repúblicas. Sem perder de vista a república de San Marino, que tinha sabido defender a sua liberdade secular sem despertar a ambição de seus vizinhos, ou a velha Ragusa — a malograda Dubrovnik, na actual desmembrada Jugoslávia —, Evandria e Mondaino levantam-se como bastiões da liberdade, edificados sobre a plataforma da mediania.

Conclui Evelio Moreno que os ideais de «mediocrità» e de «universalità», actuam como se fossem eixos de coordenadas cartesianas na construção destas criaturas da razão prática que são as Cidades Ideais do *Cinquecento* e as demarcam nitidamente da tradição utópica. Todos os domínios da organização política, laboral, económica, sanitária e até arquitectónica da cidade têm como suporte estes dois princípios.

A este propósito, contudo, uma reflexão se impõe: se a construção das cidades ideais do Renascimento italiano não se apresenta como uma contribuição modu-

lada ao pensamento utópico, mas como a busca técnica de soluções racionais, adequadas à conservação e prosperidade do estado e à melhor fórmula para a convivência humana, as diferenças entre estas e as utopias, na linha de Moro, não podem ser equacionadas em termos de dicotomia, mas antes de complementaridade. Se a obra de Tomás Moro e as que se colocam na sua linha aliam a fantasia à realidade, a sua intenção última não é uma fuga à realidade, mas antes uma crítica implícita à mesma realidade contemporânea. Outros povos, outras mentalidades, outras formas de agir, identificadas com a pureza da *physis*, servem de sensibilização ao reconhecimento dos defeitos das sociedades políticas contemporâneas e sua correcção (vide, neste particular o meu artigo 'Um ideal humano: política e pedagogia no Renascimento Português', *Humanitas*, 41-42 (1989-1990)121-155, maxime p. 148-151).

A obra de Evelio Moreno Chumillas, *Las ciudades ideales del siglo XVI*, que termina com uma bibliografia (p. 283-285), tem um alcance que vai muito além da divulgação das Cidades Ideais do Renascimento italiano. Revela-se antes um notável contributo para o estudo desta época, quer pelo gosto estético, posto na translacção de uma língua para a outra — na medida do que me é dado apreciar e seguindo a opinião do autor do prefácio (p. 9) — quer pela fina capacidade de análise e interpretação do fenómeno político-ideológico. Assim, esta obra pode ser lida, com grande agrado e proveito, tanto pelo estudioso da cultura como pelo leitor comum, o que, à partida, facilita e propicia um enriquecimento do saber colectivo.

NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES

IGNACIO OSORIO ROMERO, *El sueño criollo: José Antonio de Villerías y Roelas (1695-1728)*. México, Universidad Autónoma de México, 1991, 414 pp.

José Antonio de Villerías y Roelas viveu no México, no séc. XVIII (1695-1728). Fez os seus estudos, tanto quanto se sabe, com os Jesuítas, frequentou Direito, cujo bacharelato concluiu; e, embora se tivesse abalanchado a prosseguir a carreira académica, com a obtenção do grau de doutor, desistiu. Apesar de ter morrido com apenas trinta e três anos de idade, deixou obra literária de vulto, publicada e inédita, em castelhano, em latim e, mesmo, em grego. É bem o reflexo de uma intensa actividade cultural na Nova Espanha, na primeira metade do século XVIII.

Em latim, compôs diversos poemas, entre os quais sobressai *Guadalupe* (1724), em hexâmetros dactílicos, obra que, como se verá, constitui o principal centro de atenção do presente livro de I. O. Romero.

A primeira parte do livro ocupa-se, ao longo de diversos capítulos, de outros textos de Villerías y Roelas, nomeadamente o poema *Victor*, relacionado com os cortejos universitários de então, e o conjunto de poemas em honra de Luís I, a propósito do seu falecimento, reunidos na colectânea *Llanto de las estrellas*, alguns dos